

Sobre as relações do SPGL com a Fenprof, a Frente Comum e a CGTP

José Manuel Vargas

Sou um dos subscritores da moção B e, depois de ver a Ordem de Trabalhos, começo por confessar que cheguei a este Congresso receoso de assistir a algo de semelhante ao que sucedeu em Maio de 1453 em Constantinopla, cercada pelos turcos otomanos, enquanto os padres ortodoxos e cortesãos em animado congresso, perdão, concílio, discutiam o sexo dos anjos. Como se sabe a cidade foi tomada e a magna questão do sexo dos anjos continua, até hoje, por resolver.

No entanto, à medida que se foram sucedendo as intervenções não estritamente reflexivas, o nosso conclave começou a ganhar algum sentido no que se refere à intervenção político sindical.

Muito gostaria de contribuir para o debate de vários aspectos de todas as propostas, mas a escassez de tempo leva a que me refira apenas a alguns pontos da Moção A, capítulo IV – Fenprof, Frente Comum, CGTP.

FENPROF – Diz a moção A, no que se pode entender como uma crítica velada à dinâmica da Fenprof que esta “não pode anular as dinâmicas próprias de cada sindicato” e que “O SPGL deve ganhar maior protagonismo e maior independência”. Que dinâmicas? Que protagonismo? Que independência? Em que aspectos?

Não vejo, não tenho conhecimento de dinâmicas próprias do SPGL, designadamente propostas de luta ou de acção reivindicativa que tenham sido anuladas pela Fenprof.

E quanto ao protagonismo se não é o SPGL que aparece e que tem visibilidade, as causas serão obviamente internas.

Já a independência, perfeitamente garantida nos estatutos da Fenprof e do SPGL, não se percebe o que se pretende com a “maior independência” que, à falta de explicação, ganha um sentido ambíguo.

É que nesta matéria, de unidade do movimento sindical docente, não deve haver ambiguidades. E é de corpo inteiro que o SPGL deve estar, participar e intervir na Fenprof.



**Os desafios
da docência**
perante o recuo dos direitos de cidadania
5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

FRENTE COMUM – Diz a moção A, numa posição taticista e até pouco curial, que o SPGL participa na Frente Comum por entender que de uma eventual saída resultariam mais inconvenientes do que vantagens. As questões essenciais são, a a meu ver, outras:

É ou não a Frente Comum uma estrutura necessária face aos problemas comuns dos trabalhadores da Administração Pública? Cortes nos salários e nas pensões, congelamento das carreiras, mobilidade especial, redução e degradação das funções sociais do Estado?

Quer, ou não, o SPGL contribuir com a sua intervenção para melhorar o funcionamento da Frente Comum e aumentar a fraca participação dos docentes nas lutas comuns?

CGTP – Diz a moção A, numa incompreensível insistência, que “continuará a procurar alargar a unidade na acção” com “sindicatos da UGT”. Não vejo como se considera uma prioridade ou um objectivo que seja o SPGL a dar a mão a sindicatos cada vez mais desacreditados junto dos professores e dos trabalhadores em geral. Estão bem vivos na memória de todos os sucessivos acordos no Conselho de Concertação Social entre o patronato, governo e UGT para reduzir ou eliminar direitos, cortar salários, facilitar despedimentos. No caso da FNE/UGT tem até o seu quê de masoquismo esse esforço insistente de aproximação, quando essa organização se recusa a integrar a plataforma sindical e dá o seu aval e cobertura à PACC, aos concursos, à mobilidade especial, à municipalização, etc. etc.

Diz ainda a moção A, noutra recorrente proposta que vem sendo apresentada desde 2008, que o SPGL defenderá junto da CGTP uma maior convergência com a CSI. Estranha proposta esta, quanto é certo que foi rejeitada nos congressos da CGTP de 2008 e 2012, em que se reafirmou a não filiação da CGTP em qualquer confederação mundial. Estranha proposta esta quando, a nível nacional, se reclama maior independência e, no plano internacional se procura o enfeudamento a uma confederação, cujos antecedentes e orientação actual vão mais no sentido da conciliação com os governos liberais e neo-liberais do que na defesa dos trabalhadores e da suas aspirações. A UGT está naturalmente filiada na CSI e constitui um bom exemplo caseiro do tipo de sindicalismo, dito moderno, leia-se dócil, preconizado por aquela confederação.

Ainda muito recentemente, o ministro da Economia e o secretário de Estado dos Transportes elogiaram o “sindicalismo moderno” daqueles que assinaram o acordo de privatização da TAP.

Dizem os arautos do tal “sindicalismo moderno”, “reflexivo e propositivo” que é preciso encontrar novas formas de luta, mas quando se espera que apareçam essas propostas inovadoras e alternativas, o que temos é mais reflexão em cima da reflexão anterior.

O pior que podia acontecer ao SPGL e ao movimento sindical docente era deixar-se embalar por esses cantos de sereia da “concertação e diálogo com todos os actores sociais”,

deixando de privilegiar a prática de um sindicalismo de massas, entendido como aquele que “pratica uma mobilização activa, directa e generalizada para defender os direitos dos seus associados”. Estou a citar os estatutos do SPGL, já com as recentes alterações.

O pior que podia acontecer ao SPGL, ao movimento sindical docente e aos professores e educadores era, numa conjuntura que exige a disponibilidade permanente para a defesa dos seus direitos e da Escola Pública, adoptarem aquela atitude atávica de resignação que Fernando Pessoa lapidarmente sintetizou: “quanto é melhor esperar por D. Sebastião, quer ele venha ou não”.

Não é esse o caminho, todos concordamos. Tenho a certeza que o SPGL e a Fenprof não vão, nunca irão por aí.

José Manuel Vargas
Sócio nº 34739
Delegado nº 209